

Recebido: 27.04.2025**Aprovado: 29.05.2025****Avaliado: pelo Sistema Double Blind Review**

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE CAMPO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

EDUCATION AND HISTORICAL-CULTURAL HERITAGE: A PROPOSAL FOR FIELD CLASSES IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION

Fabiana Coelho de Oliveira Nascimento**E-mail:** fabianafabi7904@gmail.com**ORCID:** 0009-0004-8472-1530**Izabel Cristina da Costa Bezerra Oliveira****E-mail:** izabelcristina@uern.br**ORCID:**0009-0007-2976-1128

RESUMO

Este trabalho aborda a relação entre educação e patrimônio histórico-cultural, propondo uma prática pedagógica voltada para as salas de aula dos anos iniciais. O estudo trata de uma pesquisa qualitativa explorando as experiências, percepções e desafios dos educadores em relação à inclusão do estudo e conhecimento do patrimônio histórico-cultural nas aulas de anos iniciais em discussão com os teóricos que abordam tais perspectivas. A pesquisa destaca uma análise sobre uma aula passeio realizada por uma escola pública de Natal com destino a Ceará-Mirim(RN) bem como a importância da preservação do patrimônio histórico-cultural e sua contribuição em manter viva a identidade e a memória coletiva de uma sociedade. No entanto, para que essa preservação seja efetiva, é necessário envolver as novas gerações, especialmente as crianças em idade escolar, no processo de compreensão e valorização desse patrimônio. No tocante ao objeto desse estudo, buscamos a investigação sobre como práticas pedagógicas inovadoras podem ser utilizadas para integrar o ensino de patrimônio histórico-cultural nas salas de aula dos anos iniciais do ensino fundamental. A metodologia foi estruturada em etapas como revisão da literatura e análise de conteúdo, estudos que discutem educação patrimonial e sua aplicação em contextos educacionais. Como referenciais teóricos, consideramos os estudos de Fernandes (2004), Funari (2009), Pellegrini (2009), dentre outros pesquisadores. Por fim, o estudo contribui para identificar os desafios e a busca por melhorias em torno da educação sobre o patrimônio histórico-cultural.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; valorização do patrimônio histórico-cultural; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This study explores the relationship between education and historical-cultural heritage, proposing a pedagogical approach specifically designed for early elementary classrooms. The research adopts a qualitative methodology to investigate the experiences, perceptions, and challenges faced by educators regarding the inclusion of historical-cultural heritage in early years teaching, engaging in dialogue with theorists who examine these perspectives. The study offers an analysis of an educational field trip carried out by a public school in Natal to Ceará-Mirim (RN), emphasizing the significance of preserving historical-cultural heritage and its role in safeguarding the identity and collective memory of society. However, for preservation efforts to be effective, it is essential to involve younger generations, particularly school-aged children, in the process of understanding and valuing this heritage. Focusing on the core objective of this research, we seek to examine how innovative pedagogical practices can be employed to integrate the teaching of historical-cultural heritage into early elementary education. The methodology was structured around key stages such as literature review and content analysis, with studies addressing heritage education and its application in educational contexts. The theoretical framework draws on the contributions of

Fernandes (2004), Funari (2009), Pellegrini (2009), among other scholars. Ultimately, this study contributes to identifying challenges and pursuing improvements related to education on historical-cultural heritage.

Keywords: Heritage Education; valuing historical-cultural heritage; pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico-cultural é uma herança inestimável que remonta aos primórdios da humanidade, refletindo a identidade, história, crenças e realizações de diversas civilizações ao longo dos séculos. Desde os tempos antigos, as sociedades têm se empenhado na preservação de artefatos, monumentos e tradições culturais que não apenas representam suas conquistas, mas também servem como um elo vital entre o passado, o presente e o futuro. Esse patrimônio oferece uma compreensão profunda sobre a evolução histórica e cultural de uma civilização, fornecendo insights importantes sobre os valores e identidades coletivas que moldam as sociedades.

O conceito de patrimônio, originalmente associado aos interesses aristocráticos romanos, evoluiu para incluir uma gama mais ampla de elementos culturais e históricos. Durante a Idade Média, a religião desempenhou um papel significativo na definição e preservação do patrimônio, com a construção de catedrais, mosteiros e castelos que ainda hoje são testemunhos de uma rica herança cultural. No Brasil, o movimento modernista da década de 1920 marcou o início da valorização do patrimônio histórico-cultural nacional, promovendo a busca por uma identidade própria e desencadeando iniciativas de preservação que continuam a se desenvolver até os dias atuais.

A preservação do patrimônio cultural brasileiro é atualmente gerida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), cuja missão é proteger e promover os bens materiais e imateriais que compõem a rica tapeçaria cultural do país. A implementação de diretrizes e normas específicas visa assegurar que esses bens sejam conservados para as gerações futuras, destacando a importância da educação patrimonial como uma ferramenta essencial para sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de proteger e valorizar essa herança.

No Rio Grande do Norte, o patrimônio histórico-cultural não é apenas um conjunto de construções antigas, mas uma expressão viva da identidade e memória coletiva de seu povo. A diversidade cultural do estado se manifesta através de seus casarões coloniais, culinária típica, festividades folclóricas e artesanato, refletindo a riqueza cultural de suas diferentes regiões. No

entanto, a preservação desse patrimônio enfrenta desafios significativos, desde a degradação natural até a urbanização desenfreada e a falta de recursos financeiros.

Neste contexto, a educação patrimonial emerge como uma estratégia crucial para promover o engajamento da comunidade na preservação de seu legado cultural. Através de programas educativos e atividades práticas como as aulas de campo, foi possível fomentar uma relação mais próxima entre as pessoas e seu patrimônio, incentivando-as a se tornarem agentes ativos na proteção e valorização de sua herança cultural. Essa abordagem integradora e participativa emerge para desmistificar que uma aula de campo é mais que um mero passeio, é um meio fundamental para assegurar que o patrimônio histórico e cultural continue a ser uma fonte de conhecimento, identidade e inspiração para as gerações futuras.

2. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL: ASPECTOS HISTÓRICOS E DISTINÇÕES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O patrimônio histórico-cultural remonta aos primórdios da humanidade, quando as comunidades começaram a criar artefatos, monumentos e tradições culturais. Desde os tempos antigos, as sociedades têm valorizado e preservado elementos que representam sua identidade e história. Ao longo dos séculos, diferentes civilizações contribuíram para o patrimônio histórico cultural, deixando monumentos, obras de arte, tradições e práticas culturais que refletem suas crenças, valores, realizações, identidade e herança coletiva, tornando-se para a sociedade uma expressão viva de suas raízes, atuando como um elo entre o passado, o presente e o futuro, fornecendo insights sobre a história, os valores e as conquistas de uma civilização. Sobre este aspecto, nos afirma Fernandes (2004, p. 134):

O patrimônio histórico-cultural não constitui apenas um acervo de obras raras ou da cultura de um passado remoto e distante, nem serve tão só para relembrarmos nostalgicamente os tempos idos. A valorização e o conhecimento de um bem cultural, que testemunha a História ou a vida do país, podem ajudar-nos a compreender quem somos, para onde vamos, o que fazemos, mesmo que muitas vezes pessoalmente não nos identifiquemos com o que esse mesmo bem evoca, ou até não apreciemos sua forma arquitetônica ou o seu valor histórico. O importante é que ele faz parte de um acervo cultural

que deve ser preservado por toda a comunidade, pois é revelador e referencial para a construção de nossa identidade histórico-cultural.

A partir dos séculos IV e V, o patrimônio contemplou um novo caráter: o religioso, trazendo consigo o simbolismo e o coletivo, compartilhando princípios e normas sociais onde a superabundância dos sentimentos religiosos eram vivenciadas em sua plenitude de forma material e espiritual, valorizando as relíquias consideradas sagras ou dos rituais, provocando nas pessoas, não elitizadas, um sentimento de apropriação do patrimônio. Na Idade Média, na Europa, muitas das estruturas arquitetônicas mais emblemáticas foram construídas, como castelos, catedrais e mosteiros. O Renascimento trouxe uma ressurreição cultural, com um interesse renovado pela arte, literatura e arquitetura clássica os renascendo também os aristocratas.

No Brasil, na década de vinte, com a vinda do movimento artístico modernista vieram às primeiras perspectivas de preocupação com o patrimônio histórico-cultural nacional, acreditando-se, porém, que só com a busca de nossa identidade própria seríamos capazes de adentrar no mundo moderno. Tal movimento influenciou a forma como a sociedade concebia e valorizava seu patrimônio histórico, criando projetos de preservação do patrimônio. Este movimento continuou a ganhar força e a partir de fins do século XIX, segundo Funari e Pellegrini (2009, p. 35), especialistas e técnicos comprometidos com a preservação do patrimônio têm trabalhado juntos desde o final dos anos 1970 para implementar iniciativas que promovam a conscientização da comunidade sobre questão da preservação, proteção, restauração e revitalização de propriedades históricas. Durante os encontros e reuniões, várias decisões foram tomadas com intuito de estabelecer estratégias e algumas medidas de preservação do patrimônio (histórico-cultural) de um povo. Tais debates deram origem a vários documentos, dos quais se destacam:

1933 - Carta de Atenas: recomenda não demolir edifícios ou conjuntos arquitetônicos remanescentes de culturas passadas.

1964 - Reunião da UNESCO, Paris: recomenda evitar a transferência de propriedades de bens culturais. Essa plenária afirma serem bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância no patrimônio cultural de cada país, como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, documentos etnológicos, a flora e a fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluindo os arquivos musicais.

1964 - Carta de Veneza: recomenda a preservação de construções isoladas ou em conjunto, observando a necessidade de dar-lhes uma função.

1967 - Normas de Quito, Reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos): conceituação e proteção de bens móveis antes e depois do descobrimento da América recomendam atualizar a legislação e ativar providências, refere-se à utilidade do turismo como fator auxiliar na proteção ao patrimônio cultural.

1968 - Recomendações de Avignon, França: recomenda medidas de preservação. 1969 - Zurique: Colóquio de especialistas europeus sobre a convenção de Haia (14 de maio de 1954) para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado.

1972 - Conferência Geral da UNESCO, Paris: define e especifica Patrimônio Cultural em nível internacional, classificando-os em Monumentos, Conjuntos e Lugares.

A criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937 institucionalizou a questão do Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil. No entanto, Oriá (2004, p. 131), nos diz que esta lei de “Concepção predominante era a de se forjar uma identidade nacional única para o país, excluindo as diferenças e a pluralidade étnico-cultural de nossa formação histórica”. Tal política de conservação implementada pelo SPHAN desde sua fundação em 1937, resultou na preservação de uma série de propriedades imobiliárias associadas aos mais privilegiados da sociedade. Foram protegidos as Igrejas barrocas, os fortes militares, as mansões coloniais e os sobrados. Por outro lado, foram negligenciados as senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços deixando de lado um lado histórico-cultural de suma importância para nossa sociedade. Mas, sem dúvida, o SPHAN¹ foi fundamental para o patrimônio histórico brasileiro.

Atualmente, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cujo objetivo principal é a preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural do país. Isso inclui bens materiais e imateriais que possuem valor histórico, artístico e cultural para a identidade nacional, tais como monumentos, sítios arqueológicos, práticas culturais, manifestações folclóricas, entre outros. O IPHAN busca garantir a conservação desses bens para as gerações presentes e futuras, além de fomentar a valorização e a disseminação da cultura brasileira.

Segundo as leis e diretrizes de preservação do patrimônio cultural material, O IPHAN é regido pela Portaria N° 375, de 19 de setembro de 2018, com destaque para o título II de

¹ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

diretrizes aplicáveis aos processos institucionais. Estão no Art. 6º as ações e atividades relacionadas à preservação do patrimônio cultural material, organizadas a partir dos seguintes processos institucionais:

- I. Educação Patrimonial
- II. Identificação
- III. Reconhecimento
- IV. Proteção
- V. Normatização
- VI. Autorização
- VII. Avaliação de Impacto
- VIII. Fiscalização
- IX. Conservação
- X. Interpretação, Promoção e Difusão

Essas leis estabelecem diretrizes e normas para proteção e preservação de bens culturais materiais e imateriais, tais como monumentos, sítios arqueológicos, edificações históricas, manifestações culturais, tradições e saberes, definindo também procedimentos e critérios para intervenções em bens culturais, como obras de restauração, conservação, revitalização e tombamento, visando garantir sua autenticidade, integridade e valor histórico. Estimulando assim ações educativas voltadas para a valorização do patrimônio cultural, visando sensibilizar a sociedade sobre a importância da preservação e promover o conhecimento e a identificação com a história e cultura.

Além disso, é crucial distinguir entre o patrimônio histórico e o patrimônio cultural. De acordo com Lemos (1987), o patrimônio histórico abrange todas as expressões culturais, artísticas ou sociais de uma sociedade específica que, de qualquer maneira, estejam presentes no ambiente em que vivemos, seja de forma natural, física ou sensorial possuindo assim um valor histórico de grande importância para a humanidade. Enquanto o patrimônio cultural, divide-se em três categorias, sendo a primeira nos elementos naturais de cunho ambiental; a segunda relaciona-se ao conjunto de técnicas e conhecimentos do saber fazer e a terceira categoria é considerada a mais relevante dentre todas pois engloba as práticas, expressões, conhecimentos e habilidades transmitidos de geração em geração, como danças tradicionais, técnicas artesanais, culinária típica e línguas vernaculares, como bem afirmou Lemos (1987).

Ambos os tipos de patrimônio desempenham um papel fundamental na preservação da identidade cultural de uma comunidade.

O patrimônio histórico e cultural é uma fonte inestimável de conhecimento, inspiração e identidade. Ao compreender os aspectos históricos e as distinções relacionadas a esse patrimônio, podemos fortalecer nosso compromisso com sua preservação e assegurar que as gerações futuras possam desfrutar e aprender com as riquezas do passado. Segundo Fernandes (2004, p. 140):

Considerar a preservação do patrimônio histórico como uma questão de cidadania implica reconhecer que, como cidadãos, temos o direito à memória, mas também o dever de contribuir para a manutenção desse rico e valioso acervo cultural de nosso país.

Ressaltando que, como cidadãos, não apenas temos o direito de desfrutar da nossa memória coletiva representada por esses bens culturais, mas também temos a responsabilidade de contribuir para sua manutenção e proteção reconhecendo o patrimônio histórico como um legado compartilhado e valioso implicando um compromisso ativo de todos os membros da sociedade em sua preservação. Tal perspectiva amplia o conceito de cidadania para além dos direitos individuais, incorporando também deveres e responsabilidades em relação ao patrimônio cultural comum.

Adentrando agora no contexto do Rio Grande do Norte, percebemos que essa riqueza se faz presente de forma marcante, representando não apenas um conjunto de construções antigas, mas sim a essência da identidade e da memória coletiva de seu povo. A terra de praias paradisíacas e de um povo acolhedor possui um patrimônio histórico-cultural que reflete sua diversidade e riqueza cultural. Essa diversidade se manifesta através de seus casarios coloniais, da culinária típica, do folclore rico em festividades como o carnaval de Natal e do artesanato que reflete a identidade de diferentes regiões do estado.

No entanto, a preservação do patrimônio histórico e cultural enfrenta diversos desafios, desde a degradação natural até a ameaça da urbanização desenfreada e do desenvolvimento não sustentável. Muitas vezes, a falta de recursos financeiros, políticas de conservação inadequadas além da falta de conscientização da população até a degradação provocada pelo tempo e pela falta de investimento em conservação. É diante desse contexto que a educação patrimonial

emerge como uma ferramenta indispensável para sensibilizar a sociedade sobre a importância de proteger e valorizar esses bens.

Vale ressaltar que, por meio da educação patrimonial, é possível promover uma relação mais próxima entre as pessoas e seu próprio legado cultural. Nas escolas, por exemplo, a inserção de conteúdos relacionados ao patrimônio local no currículo pode despertar o interesse dos alunos e incentivá-los a se tornarem agentes ativos na preservação da história de sua região. Além disso, a realização de atividades práticas, como visitas guiadas a museus e sítios arqueológicos, proporciona uma experiência enriquecedora, permitindo que os estudantes compreendam a importância de proteger e valorizar o que lhe é próprio. Segundo Fernandes (2004, p.141):

A educação patrimonial nada mais é do que a educação voltada para questões referentes ao patrimônio cultural, que compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico...

Ademais, a educação patrimonial não se restringe ao ambiente escolar, ela pode e deve ser disseminada em diversos espaços não formais, alcançando um público mais amplo e diversificado. Através de programas de capacitação e conscientização, é possível envolver a comunidade local na identificação e proteção dos bens culturais, incentivando a participação ativa na preservação do patrimônio. Parcerias entre instituições governamentais, organizações não governamentais e a sociedade civil podem ampliar o alcance dessas iniciativas, promovendo um engajamento coletivo em prol da salvaguarda do legado cultural do Rio Grande do Norte. De acordo com Zanon, Magalhães e Branco (2009, p. 52),

A educação patrimonial transformadora possui caráter político, visando a formação de pessoas capazes de (re) conhecer sua própria história cultural, deixando de ser espectador, como na proposta tradicional para tornar-se sujeito, valorizando à busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões.

A implementação da educação patrimonial no Rio Grande do Norte, como uma educação transformadora pode enfrentar resistência devido à necessidade de uma mudança de paradigma na forma como o ensino é concebido e praticado. Isso pode ser especialmente desafiador em contextos em que prevalece uma cultura escolar tradicionalmente hierárquica e autoritária. Uma estratégia para superar esse desafio é investir em formação de professores que promovam uma compreensão mais profunda dos princípios e práticas da educação transformadora, capacitando-os a atuar como facilitadores do aprendizado em vez de meros transmissores de conhecimento.

Esta prática educativa pode ser direcionada a diversos públicos, incluindo crianças, jovens, adultos, educadores, gestores culturais, comunidades locais e turistas, sendo importante adaptar as estratégias educativas de acordo com as características e interesses do público-alvo. É fundamental que existam políticas específicas e recursos destinados à promoção da Educação Patrimonial, pois esta prática educativa não apenas enriquece nossa compreensão do mundo, mas também nos inspira a cultivar um futuro em que todas as vozes sejam ouvidas e todas as culturas sejam celebradas. Além de ser um forte componente participativo e comunitário. Envolver as comunidades locais no processo de preservação e valorização do seu próprio patrimônio não apenas fortalece seu senso de identidade e pertencimento, mas também promove uma abordagem mais sustentável e responsável em relação à conservação do patrimônio cultural e histórico.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DE UMA AULA DE CAMPO E SUA IMPORTÂNCIA NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Em primeiro lugar, cabe destacar que as aulas de campo enriquecem o processo educativo ao proporcionar uma experiência palpável que vai além das fronteiras das salas de aula. Ao vivenciar conceitos abstratos em um contexto real, os alunos têm a oportunidade de relacionar teoria e prática de forma concreta, o que facilita a compreensão e a internalização do conhecimento. Por exemplo, estudar geografia em um ambiente natural, como uma reserva ecológica, permite não apenas entender os conceitos de forma mais tangível, mas também desenvolver um senso de apreço e responsabilidade ambiental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 2001, p.92) nos confirmam que: “As relações sociais efetivamente vividas, experienciadas, são os melhores e mais poderosos mestres”. As orientações dos Parâmetros

Curriculares enfatizam a importância das experiências vividas como uma forma significativa de aprendizado, uma vez que o conhecimento adquirido se dá por meio da interação direta com outras pessoas, em contextos reais e concretos. Ressalta ainda que o conhecimento é mais valioso e influente do que qualquer forma de ensino ou instrução formal e que as experiências compartilhadas e os aprendizados práticos têm um papel fundamental no desenvolvimento humano e na formação de valores, habilidades e conhecimentos.

Um dos aspectos que se destacam na aula de campo é a capacidade de despertar o interesse dos alunos e tornar o aprendizado mais significativo e motivador. A possibilidade de sair da rotina escolar e explorar novos ambientes desperta a curiosidade e o entusiasmo dos estudantes, que se tornam mais engajados e participativos no processo de aprendizagem. Além disso, a variedade de estímulos sensoriais proporcionados pela experiência em campo contribui para a fixação do conhecimento, tornando a aprendizagem mais significativa nos mais variados contextos. De acordo com Silva e Silva (2012, p.29):

No processo ensino-aprendizagem, o alargamento dessas fronteiras oferece a o estudante oportunidades de construir/aperfeiçoar a sua noção de pertencimento, identificação e diferenciação com grupos sociais maiores classificados por meios de conceitos como classes sociais, etnias, gêneros, culturas, nacionalidades, etc.

Ao planejar e executar um passeio com cunho educativo, os professores têm a oportunidade de criar experiências que envolvam múltiplas disciplinas, abordando temas complexos de forma integrada e contextualizada. Por exemplo, uma visita a uma reserva ecológica pode envolver não apenas aspectos da biologia e da geografia, mas também questões relacionadas à conservação ambiental, à sustentabilidade e à interação entre seres humanos e o meio ambiente.

Em 2023, a equipe pedagógica da Escola Municipal Vera Lúcia Soares Barros, localizada à Rua Mar Mediterrâneo, n.1236, bairro Pajuçara Natal/RN, proporcionou aos seus alunos um passeio de trem, com saída de Natal até a cidade de Ceará-Mirim (RN). O objetivo do passeio foi proporcionar um momento de aprendizagem e para muitos a primeira oportunidade de passear de trem. Com perspectivas pouco pedagógicas, buscou-se, entretanto, abordar algumas questões como, as vegetações em torno do percurso que fazia o trem, bem como alguns bairros de Natal.

Vale destacar que uma aula de campo planejada e com objetivos não apenas de passeio e sim de aprendizagem pode ser uma experiência educativa rica e multifacetada. Esse tipo de atividade proporciona oportunidades únicas de aprendizado que vão além da sala de aula, englobando aspectos históricos, geográficos, culturais e sociais. Tal estratégia educativa ofertam inúmeras vantagens para o desenvolvimento acadêmico e pessoal das crianças nos anos iniciais da educação básica. Estas atividades extrapolam os limites físicos da sala de aula, proporcionando um aprendizado mais dinâmico, prático e contextualizado conhecendo e reconhecendo o contexto cultural o qual está inserido. Neste sentido, Gadotti nos afirma (1992, p. 23):

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada.

As aulas de campo são fundamentais para ampliar o conhecimento e a valorização da cultura, possibilitando experiências diretas e imersivas, ajudando a contextualizar o aprendizado teórico, promovendo a valorização da diversidade cultural e desenvolvem habilidades críticas e reflexivas nos alunos. Ao integrar diferentes disciplinas e aumentar o engajamento dos estudantes, essas atividades enriquecem significativamente a educação, formando indivíduos mais conscientes e apreciativos das diversas manifestações culturais.

O passeio de trem realizado pela escola acima citada com as turmas de anos iniciais poderia ter sido bastante proveitoso, visto que nossa última parada antes da volta para Natal foi à cidade de Ceará-Mirim que tem um patrimônio histórico e cultural riquíssimo, a começar pela sua história que tem ligação com os índios Potiguares que viviam às margens do rio Pequeno, onde tempos depois seria chamado rio Ceará-Mirim que deu nome à cidade.

No entanto, a falta de planejamento por parte dos professores envolvidos comprometeu o potencial educativo desta atividade. A ausência de um plano detalhado para o passeio indica que os professores não realizaram uma preparação adequada para explorar o patrimônio histórico cultural da cidade de maneira eficaz. Além disso, a coordenação da escola não cobrou a elaboração de um planejamento específico para uma aula de campo que proporcionasse um conhecimento impactante na vida dos alunos, o que também contribuiu para a subutilização da oportunidade educacional oferecida pela visita a Ceará-Mirim.

É inegável reconhecer que a preservação do patrimônio histórico e cultural é um compromisso de cidadania. No contexto de Ceará-Mirim, é necessário destacar a importância da preservação de edificações como o antigo Solar dos Antunes, construído por volta de 1888, e o Mercado Público, edificado a mando do senhor do Engenho Cruzeiro Onofre José Soares em 1881. Esse coronel explorou o espaço comercialmente por 20 anos. Esses são os únicos edifícios tombados dentro da malha urbana da cidade. Além disso, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi construída em terreno doado pelo Coronel Manoel Varela do Nascimento (o Barão do Ceará-Mirim) e por Antônio Bento Viana (então proprietário do Engenho Carnaubal) no ano de 1851, onde a população menos favorecida assistia às celebrações de fora da Igreja. Os antigos canaviais também são testemunhos do domínio dos senhores coronéis do engenho e da exploração dos escravos. Nesse sentido, o mero passeio devia ter sido planejado como aula de campo para contribuir com o aprendizado diversificado pelos alunos envolvidos, pois segundo Cerqueira e Gonzalez (2016, p.379):

O ambiente diferenciado da sala de aula pode ser enriquecedor e pode, de fato, contribuir para o processo de aprendizagem, uma vez que busca oferecer, além de espaço diferenciado, uma proposta pedagógica também diferenciada, que envolve atividades não participativas do currículo escolar.

Sendo assim, vimos que é necessário rever o planejamento e a intenção pedagógica das aulas de campo para garantir que estas promovam um aprendizado engajado e contextualizado, aproximando os estudantes da história e do patrimônio da comunidade.

Destacando que um ambiente diferenciado pode contribuir significativamente para o desenvolvimento dos alunos, pois não apenas oferece um espaço físico distinto, mas também uma abordagem pedagógica única. Essa abordagem pedagógica diferenciada é caracterizada pela inclusão de atividades que vão além do tradicional currículo escolar e que buscam promover uma participação mais ativa e engajada dos estudantes. Isso implica em uma diversificação das metodologias de ensino, buscando estimular a criatividade, o pensamento crítico e a autonomia dos alunos, além da valorização e conscientização sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural.

Contudo, a inclusão das aulas de campo de forma mais constante nas escolas, em especial as escolas públicas, enfrentam grandes desafios. Dessa forma, vimos que a organização

de um planejamento logístico para a realização desse modelo de aula, bem como a falta de recursos financeiros restringem o acesso dos alunos a essas experiências valiosas. E ainda, dentre outros aspectos estão: a falta de preparo por parte de alguns professores que não buscam informações sobre o patrimônio histórico cultural local e a ausência, muitas vezes, de uma formação continuada que envolva novas metodologias participativas e interativas, que incluam os alunos de maneira ativa. Além de desmistificar o pensamento da comunidade escolar em relação às aulas de campo, vendo-a apenas como um passeio para diversão e não como valiosa ferramenta pedagógica que promove um aprendizado mais dinâmico, envolvente e contextualizado.

Como forma de intervenção, sugiro a criação de projetos de educação patrimonial na escola, que inclua visitas regulares a locais históricos e culturais, integradas ao currículo escolar, incluindo as questões orçamentárias da escola bem como os planejamentos junto aos professores, buscando garantir uma aprendizagem concreta e significativa. Estes projetos devem ser desenvolvidos em colaboração com toda a comunidade escolar junto ao planejamento anual que a escola realiza no início do ano letivo, garantindo uma abordagem interdisciplinar e prática para a educação patrimonial.

Porém, para que as aulas de campo aconteçam de forma impactante e relevante para os alunos, é necessário um planejamento detalhado com objetivos pedagógicos claros por parte dos professores, atividades específicas relacionadas ao patrimônio histórico-cultural do local visitado, recursos didáticos a serem utilizados durante o percurso, atividades de reflexão após a visita, como redações, debates e projetos que permitam aos alunos consolidarem o conhecimento adquirido. Os professores devem estar sempre em busca constante por conhecimentos em sua formação profissional. E, por fim, fundamentalmente, a coordenação escolar deve participar ativamente do planejamento das aulas de campo, assegurando que os objetivos educacionais sejam claros e que todos os aspectos logísticos e pedagógicos sejam considerados.

4. CONCLUSÃO

O presente artigo buscou enfatizar que a preservação do patrimônio histórico e cultural é uma tarefa de grande importância que exige a participação ativa de toda a sociedade. Ao longo deste artigo, discutimos a evolução do conceito de patrimônio, desde suas origens aristocráticas

romanas até sua valorização contemporânea como um elemento fundamental da identidade coletiva. O patrimônio não apenas nos conecta ao passado, mas também nos fornece os alicerces para compreender o presente e moldar o futuro. A educação patrimonial emerge como uma ferramenta essencial nesse processo, proporcionando à comunidade os conhecimentos e a sensibilização necessários para valorizar e proteger seu legado cultural. Essa educação deve ser promovida em diversos espaços, incluindo escolas, museus, e comunidades locais, garantindo que indivíduos de todas as idades e origens compreendam a importância do patrimônio e se sintam responsáveis por sua preservação.

No contexto do Rio Grande do Norte, ressaltamos a riqueza e a diversidade do patrimônio local, em especial, destacamos a cidade de Ceará-Mirim que inclui desde construções históricas até tradições culturais e naturais. A preservação desse patrimônio enfrenta desafios significativos, como a urbanização descontrolada, a falta de recursos e a conscientização insuficiente. No entanto, é possível superar esses obstáculos por meio de políticas públicas eficazes, investimentos adequados e, principalmente, pela integração da comunidade em ações da educação patrimonial de preservação e valorização.

Em nosso estudo, destacamos que nem todas as aulas de campo conseguem alcançar seus objetivos educacionais. Um exemplo disso foi o passeio de trem realizado pelas turmas de 5º ano da Escola Municipal Professora Vera Lucia Soares Barros, com pausa no município de Ceará-Mirim, que, apesar de ser uma cidade rica em patrimônio histórico e cultural, não foi acompanhada de uma intenção pedagógica clara. A falta de um planejamento adequado e de atividades estruturadas que pudessem envolver os estudantes de maneira ativa e reflexiva resultou em uma experiência pouco proveitosa. Os alunos não foram incentivados a explorar e compreender a importância histórica do local. Isso demonstra que, para que as aulas de campo sejam efetivas, é crucial que haja uma preparação cuidadosa e um propósito educativo bem definido, que motive os estudantes a se engajarem e a valorizarem o aprendizado proporcionado por essas experiências.

Assim, é inegável reconhecer que a preservação do patrimônio histórico e cultural é um compromisso de cidadania. E que as aulas de campo como práticas educativas, quando bem planejadas e postas em prática, tendem a demonstrar um impacto significativo no processo de aprendizagem dos estudantes, além de aproximar os estudantes e a comunidade de seu patrimônio, promovendo um aprendizado mais engajado e contextualizado.

Por fim, depreende-se que experiências diretas com a história da nossa cultura e diferentes culturas permitem uma compreensão mais profunda e um vínculo emocional com os elementos que compõem a história e a identidade locais. Todos nós, como membros de uma comunidade, temos o direito de desfrutar de nossa memória coletiva e o dever de contribuir para a manutenção desse rico acervo cultural. Ao valorizar e proteger nosso patrimônio, não apenas honramos nossos antepassados, mas também garantimos que as futuras gerações possam aprender, apreciar e se inspirar na riqueza cultural que nos foi legada. E, sobretudo, cabe aos professores, seja da rede pública ou privada de ensino, o dever de planejar aulas e elaborar projetos em torno de aulas de campo a fim de propiciar aos alunos o conhecimento em torno do patrimônio histórico-cultural do estado potiguar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. 3 ed. 2001. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CERQUEIRA, Dagmar Dias; GONZALEZ, Wânia Regina Coutinho. Trajetórias e reflexões sobre educação não formal. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v.12, n. 23, p. 377-404.set./dez.2016. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/919> Acesso em: 07 abril. 2024.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Memória e Ensino de História. In: Bittencourt, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula: Memória e ensino de história**. 5 ed. São Paulo: Contexto. 2004 pdf.

FUNARI, Pedro P. Abreu; PELEGRINI, Sandra Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

IPHAN. **Educação patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. 2014.

LEMONS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5ed. São Paulo Brasiliense. Primeiros Passos, 1987.

SILVA, Marco Antônio; SILVA, Amélia Porto. **Nas trilhas do ensino de história: Teoria e prática**. Belo Horizonte. Ed. Rona. 2012.

UNESCO. **Recomendação sobre as medidas destinadas a impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedade ilícitas de bens culturais**. Paris (França), 19 de novembro de 1964.

Disponível em:

https://icomos.pt/images/pdfs/2021/12_Recomendao_importao_e_exportao_bens_culturais_-_UNESCO_1964.pdf. Acesso em 16 jun 2024

ZANON, Elisa Roberta; MAGALHÃES Leandro Henrique; BRANCO Patrícia Martins Castelo. **Educação Patrimonial: da teoria a prática**. Ed. UniFil, 2009.